

## GRUPO I

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

#### **1) No texto da Constituição da República encontra-se explícito o princípio:**

- a) da proporcionalidade, no tocante à ponderação dos valores constitucionais.
- b) do duplo grau de jurisdição, no que concerne ao processo civil.
- c) da eficiência, com relação à administração pública.
- d) de proteção à boa-fé, no tocante às relações jurídicas contratuais.

#### **2) À luz da Constituição Federal, é cabível a instituição de penas:**

- a) De caráter perpétuo.
- b) De trabalhos forçados.
- c) De perda de bens.
- d) De banimento.

#### **3) Segundo a Constituição Federal de 1988, o sigilo das comunicações telefônicas:**

- a) Poderá ser violado, por ordem judicial ou administrativa, para instrução processual de ação de improbidade administrativa.
- b) É absolutamente inviolável.
- c) Poderá ser violado, por ordem de Ministro de Estado, para instrução de processo administrativo disciplinar.
- d) Poderá ser violado, por ordem judicial, para fins de investigação criminal.

#### **4) Constitui (em) órgão (s) da Justiça Federal, nos termos do art. 106 da Constituição Federal:**

- a) O Superior Tribunal de Justiça.
- b) O Conselho Nacional de Justiça.
- c) Os Tribunais Regionais Federais.
- d) Os Juízes Eleitorais.

#### **5) Compete à Justiça Federal processar e julgar:**

- a) As causas em que a União não for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente.
- b) As contravenções penais praticadas em detrimento de bens da União.
- c) Os mandados de segurança contra ato de autoridade estadual.
- d) A disputa sobre direitos indígenas.

#### **6) No que toca às funções essenciais à Justiça, é incorreto afirmar que:**

- a) Ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) A Advocacia-Geral da União é instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, conforme parâmetros estabelecidos em lei complementar, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- c) O advogado é indispensável à administração da justiça, mas não é inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.
- d) A orientação jurídica e a defesa dos necessitados incumbem à Defensoria Pública.

#### **7) Acerca das limitações ao poder de tributar estabelecidas no texto constitucional, pode-se afirmar que é vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios:**

- a) Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- b) Instituir tratamento igual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
- c) Utilizar tributo com efeito de confisco.
- d) Instituir impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados às finalidades essenciais dos templos de qualquer culto.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**8) De acordo com a doutrina administrativista majoritária, assinale a opção que não retrata um atributo dos atos administrativos:**

- a) Presunção absoluta de legitimidade.
- b) Imperatividade.
- c) Autoexecutoriedade
- d) Tipicidade.

**9) Os atos administrativos podem ser vinculados ou discricionários. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:**

- a) Atos vinculados são os que a administração pratica com margem de liberdade de decisão, pois ao agente público sempre é possível apreciar a oportunidade e a conveniência administrativas.
- b) A prévia e objetiva tipificação legal caracteriza o ato vinculado.
- c) Ao praticar um ato discricionário, o agente público possui liberdade quanto à valoração dos motivos, mas é vedada a escolha do objeto segundo os critérios de conveniência e oportunidade.
- d) A existência de conceitos jurídicos indeterminados, como “boa-fé” e “moralidade pública” impede a atuação discricionária do agente público, pois somente cabível uma única atuação juridicamente válida.

**10) A respeito das espécies de atos administrativos, marque a opção verdadeira:**

- a) Os atos administrativos normativos não possuem determinações gerais e abstratas, pois apenas a lei em sentido formal admite generalidade e abstração.
- b) Os decretos regulamentares e as instruções normativas não constituem exemplos de atos normativos.
- c) Os atos administrativos não podem inovar o ordenamento jurídico, criando direitos e obrigações que não se

encontrem previamente estabelecidos em lei.

- d) Os atos ordinatórios são atos administrativos endereçados ao público em geral, vinculando os administrados.

**11) O poder de revogação dos atos administrativos pela administração, fundado no poder discricionário, não é ilimitado. Nesse sentido, alguns atos administrativos são insuscetíveis de modificação por parte da administração. Marque, dentre as alternativas seguintes, uma hipótese de ato administrativo que não comporta revogação:**

- a) Os atos que comportam juízo de oportunidade e conveniência.
- b) Os atos consumados, que já exauriram seus efeitos.
- c) Os atos que ainda não geraram direitos adquiridos.
- d) Os atos que têm efeitos a produzir.

**12) Sobre os modos de extinção dos atos administrativos, assinale a opção correta:**

- a) A anulação deve ocorrer quando há vício no ato, relativo à legalidade ou legitimidade.
- b) A anulação do ato administrativo não é possível na hipótese de vício de legalidade insanável.
- c) A anulação é facultativa nos vícios sanáveis, sendo inadmissível a convalidação de vícios dessa natureza.
- d) A revogação é a retirada de um ato inválido do mundo jurídico, mas que se tornou inoportuno ou inconveniente.

**13) Nos termos da Lei n.º 8.112/90, são requisitos básicos para investidura em cargo público, exceto:**

- a) A nacionalidade brasileira.
- b) O gozo dos direitos políticos.
- c) O nível de escolaridade exigido para o cargo.
- d) A idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

**14) Assinale a alternativa que contém apenas hipóteses de vacância do cargo público:**

- a) Exoneração, demissão, aposentadoria.
- b) Exoneração, demissão, nomeação.
- c) Exoneração, readaptação, aproveitamento.
- d) Exoneração, falecimento, reversão.

## **DIREITO CIVIL**

**15) A personalidade civil da pessoa natural surge e desaparece, respectivamente, com:**

- a) O nascimento e a morte.
- b) A concepção e a morte.
- c) A maioridade e a morte.
- d) A concepção e senilidade.

**16) Assinale a opção correta acerca das pessoas naturais jurídicas.**

- a) Na sistemática do Código Civil, não se admite a decretação judicial de morte presumida sem a decretação de ausência.
- b) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com o início de suas atividades jurídicas.
- c) A personalidade civil da pessoa natural tem início a partir do nascimento com vida, independentemente do preenchimento de qualquer requisito psíquico.
- d) O indivíduo de 16 anos de idade, ao contrair casamento, adquire a plena capacidade civil por meio da emancipação, voltando à condição de incapaz se, um ano após o casamento, sobrevier a separação judicial.

**17) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, exceto:**

- a) Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- b) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- c) Os pródigos.
- d) Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

**18) No que se refere aos bens, assinale a opção correta.**

- a) Um bem consumível pode tornar-se inconsumível por vontade das partes, o que vinculará terceiros.
- b) A lei não pode determinar a indivisibilidade do bem, pois esta característica decorre da natureza da coisa ou da vontade das partes.
- c) Não podem ser considerados móveis aqueles bens que, uma vez deslocados, perdem a sua finalidade.
- d) A regra de que o acessório segue o principal tem inúmeros efeitos, entre eles a presunção absoluta de que o proprietário da coisa principal também seja o dono do acessório.

**19) Acerca dos bens públicos, assinale a alternativa incorreta.**

- a) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- b) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno.
- c) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído.
- d) Os bens públicos estão sujeitos à usucapião.

**20) São exemplos de fatos jurídicos *stricto sensu*:**

- a) A declaração, o testamento, a residência.
- b) O contrato, o testamento, a aluvião.
- c) A descoberta de tesouro, a dívida de jogo, o nascimento.
- d) O nascimento, a morte, a aluvião.

**21) A perda do direito potestativo e a perda da pretensão em virtude da inércia do titular no prazo determinado por lei vinculam-se, respectivamente, aos conceitos de:**

- a) Decadência e prescrição.
- b) Prescrição e decadência.
- c) Omissão e ato ilícito.
- d) Ação e omissão.

## **PROCESSO CIVIL**

### **22) Acerca das condições da ação e dos pressupostos processuais, assinale a opção correta.**

- a) Se restar comprovada a existência de outra causa igual, ainda que já decidida, mas sem o trânsito em julgado, o processo será extinto, em virtude da ocorrência da litispendência. Sendo essa uma das condições de ação, a pretensão do autor não será resolvida.
- b) Não obstante a ausência de uma das condições de ação possa ser conhecida de ofício, se o réu não a arguir na primeira oportunidade que tiver para falar nos autos responderá pelas custas do retardamento.
- c) Os pressupostos processuais são os requisitos necessários à regularidade e à existência da relação processual, e a falta de qualquer desses requisitos acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito, por carência de ação.
- d) O reconhecimento da ausência de pressupostos processuais conduz à declaração incidental de improcedência da ação e à condenação do autor ao pagamento dos ônus sucumbenciais.

### **23) A respeito dos princípios que regem o processo civil e os relativos à jurisdição civil, assinale a opção correta.**

- a) para que os princípios da oralidade e da concentração sejam efetivos, as decisões interlocutórias são irrecorríveis, admitindo-se, no entanto, em caso de grave ou difícil reparação, recurso com efeito meramente devolutivo.
- b) De acordo com o princípio da eventualidade, cada faculdade processual deve ser exercitada dentro da fase adequada, sob pena de se perder a oportunidade de praticá-la.
- c) Segundo o princípio do contraditório, o juiz deve julgar a causa com imparcialidade e com base nos fatos alegados e provados pelas partes,

assegurando aos litigantes ampla defesa.

- d) O princípio dispositivo assegura ao juiz o poder de iniciativa probatória quando as partes deixarem de alegar ou provar os fatos postos como fundamento da demanda.

### **24) Considere que, ajuizada ação de cobrança, entre partes capazes, para recebimento de dívida já prescrita, o juiz, ao analisar a exordial, a indefira de pronto, devido à consumação da prescrição. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito da decisão do magistrado.**

- a) Sendo a prescrição preliminar de mérito, o momento processual de sua apreciação deveria ocorrer na sentença final.
- b) A prescrição não poderia ser declarada de ofício visto que a ação trata de direitos patrimoniais.
- c) A petição inicial deve ser indeferida quando o juiz verificar, desde logo, a decadência ou prescrição.
- d) O juiz não pode reconhecer de ofício a prescrição.

### **25) O interesse de agir é:**

- a) Faculdade da ação.
- b) Elemento da ação.
- c) Condição da ação.
- d) Pretensão.

### **26) A respeito da “competência” no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.**

- a) A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do autor.
- b) Nas ações fundadas em direito real sobre bens imóveis é competente o foro do domicílio do réu.
- c) A ação em que o incapaz for réu se processará no foro do domicílio de seu representante.
- d) Não se prorrogará a competência quando o réu opuser exceção declinatória nos casos e prazos legais.

**27) Proposta a ação, o pedido formulado pelo autor somente poderá ser alterado:**

- a) Até a citação, necessariamente com a concordância do réu.
- b) Até a citação, independentemente da concordância do réu.
- c) Após a contestação, necessariamente com a concordância do réu.
- d) Até a contestação e após a citação, independentemente da concordância do réu.

**28) Com base na legislação processual civil, assinale a opção correta acerca da sentença.**

- a) É vedado ao juiz considerar, no momento de proferir a sentença, fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito ocorrido depois da propositura da ação, ainda que influa no julgamento da lide.
- b) É permitido ao juiz, na sentença, condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- c) O juiz pode modificar sentença já publicada para correção de erro material.
- d) A sentença deve ser certa, com exceção da hipótese em que se julga relação jurídica condicional.

**GRUPO II**

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

**29) Constitui-se o crédito tributário:**

- a) pela ocorrência do fato gerador.
- b) pelo surgimento da obrigação tributária principal.
- c) pela ocorrência do lançamento.
- d) pela sua inscrição como dívida ativa.

**30) De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta sobre a suspensão e extinção do crédito tributário:**

- a) A compensação é modalidade de suspensão do crédito tributário.

- b) A moratória é modalidade de suspensão do crédito tributário.
- c) A moratória aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.
- d) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em vinte anos, contados da data da sua constituição definitiva.

**31) O decurso do prazo de 5 (cinco) anos para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário enseja a sua extinção por:**

- a) consignação
- b) decadência
- c) prescrição
- d) remissão

**32) Assinale a alternativa correta:**

- a) Podem ser cumulativos os impostos criados pela União, com base em sua competência residual.
- b) A União pode criar impostos extraordinários, na iminência de eclosão de um conflito armado entre os Estados Nordestinos.
- c) A concessão de isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte e Comunicação pode ser feita por lei federal.
- d) Mediante lei complementar, a União pode criar impostos não previstos na Constituição Federal.

**DIREITO PENAL**

**33) Astolfo decide, após longa meditação, colocar um ponto final em suas desavenças com o vizinho, Herculano. Prepara seu revólver e se dirige à residência do desafeto, onde o encontra terminando o jantar. Ao lhe apontar a arma, é impedido por Filomeno que, por sorte, chegara naquele instante e, valendo-se do elemento surpresa, pôde, com pronta eficácia, evitar o disparo do revólver. A qualificação técnico-penal da ação de Astolfo corresponde a:**

- a) desistência voluntária;
- b) arrendimento eficaz reflexivo;
- c) crime consumado;

d) crime tentado.

**34) Em relação à aplicação da lei penal no espaço, é incorreto afirmar que:**

- a) um dos princípios que regem a matéria é o da territorialidade. Este princípio é absoluto e não admite exceções.
- b) é possível a aplicação da lei penal pátria a crime cometido fora do território nacional.
- c) é possível a aplicação da lei penal pátria a crime cometido por estrangeiro contra brasileiro.
- d) um dos princípios que regem a matéria é o da justiça universal. Regula as situações em que a punição é de interesse da humanidade.

**35) No famoso caso conhecido como “Mensalão” (Ação Penal n.º 470), recentemente o Supremo Tribunal Federal condenou alguns réus como incurso nas penas do crime previsto no art. 312 do CP (“Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio: Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa”). O nome jurídico da citada infração penal é:**

- a) Emprego irregular de verbas e rendas públicas
- b) Peculato
- c) Prevaricação
- d) Corrupção passiva

**36) João, funcionário público no exercício de suas funções, em cumprimento de mandado de citação, abordou José, o citando, ordenando-lhe que ajoelhasse no chão para ouvir a leitura do teor do mandado. José recusou-se a ajoelhar-se, dizendo que ouviria de pé. Nesse caso, José:**

- a) cometeu crime de desacato.
- b) cometeu crime de desobediência.
- c) não cometeu nenhum delito.
- d) cometeu crime de resistência simples.

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

**37) Em relação ao benefício da aposentadoria por invalidez, é correto afirmar que:**

- a) a sua concessão dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social.
- b) por sua natureza em nenhuma situação dependerá de período de carência.
- c) será devida apenas se o segurado estiver em gozo de auxílio-doença.
- d) durante os primeiros trinta dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o salário.

**38) O Regime Geral de Previdência Social possibilita ao segurado o acesso a benefícios e serviços, dentre os quais:**

- a) auxílio-doença e aposentadoria por tempo de contribuição;
- b) auxílio-moradia e aposentadoria facultativa;
- c) seguro saúde e benefício de prestação continuada;
- d) pensão especial e assistência funeral.

**39) 12 (doze) contribuições mensais, 180 (cento e oitenta) contribuições mensais e nenhuma contribuição são os períodos de carência, respectivamente, de quais benefícios previdenciários?**

- a) auxílio-doença, aposentadoria por idade e pensão por morte.
- b) auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.
- c) auxílio-acidente, pensão por morte e serviço social.
- d) auxílio-acidente, aposentadoria por idade e pensão por morte.

**40) Assinale o único benefício cuja percepção NÃO enseja o pagamento do abono anual:**

- a) Auxílio-doença.
- b) Auxílio-reclusão.
- c) Aposentadoria especial.
- d) Salário-família.